

D. JOÃO VI NO RIO DE JANEIRO: preparando o novo cenário

Anelise Martinelli Borges Oliveira
Mestranda em História - UNESP

RESUMO: A transmigração de d. João VI e sua corte para o território brasileiro em 1808 acarretou várias transformações para a sociedade fluminense e para a corte lusitana. A imagem real foi aclamada e adorada por toda a cidade, conseqüência da representação legitimada na figura do príncipe regente. Tendo em vista remodelar o cenário fluminense, o monarca realiza mudanças nos espaços público e privado numa tentativa de enquadrar a cidade aos moldes europeus da época.

PALAVRAS-CHAVE: D. João VI, Rio de Janeiro, representação.

ABSTRACT: The coming d. João VI and the portuguese court for brazilian territory in 1808 caused much transformations for the fluminense society and for the portuguese court. The real image is acclaimed and adored for all city, reason legitimate representation in prince's design. Wanting to change fluminense scenery, the monarch does transformations in public and private spaces, in endeavour of include the city in European mould of period.

KEYWORDS: D. João VI, Rio de Janeiro, representation.

A chegada de d. João VI e da corte lusitana na nova sede monárquica na manhã de cinco de março de 1808 proporcionou transformações nunca antes vistas no Rio de Janeiro (LIMA, 1996).

Naquele dia os trabalhos na cidade foram suspensos, e casas ficaram despovoadas. Os fluminenses corriam para os altos, donde podia-se avistar a barra e enxergar a real esquadra. Navios de guerra portugueses e ingleses cumprimentavam o real estandarte com salva de tiros, ateando suas bandeiras com flâmulas, galhardetes e pavilhões das mais variadas cores, assim como as fortalezas.

Todas as Náos, e Fortalezas se embandeirarão, e derão ao mesmo tempo huma Salva Real. A tropa, isto he, os quatro Regimentos de Linha, e os quatro de Milicias, marcharão formados para o Largo do Palacio, onde se postarão.(S/A, 1810: 8)

A pomposa chegada foi marcada por celebrações durante nove dias ininterruptos de iluminação e execução de fogos de artifício¹, alumando o cenário fluminense que a corte transmigrada avistava. Somente no segundo dia foi que o regente veio à terra, pois deveria se recompor da exaustiva viagem e poder assim comparecer diante do ávido público. Neste dia também houve embandeiramento e o regente desfilava pelas principais ruas sobre um coche erguido por quatro cavalos, sendo escoltado por sessenta soldados da cavalaria. A procissão pública era composta de pessoas graduadas como negociantes de grosso trato, fazendeiros, burocratas e militares, todos vestidos de corte. Durante três horas o príncipe pôde presenciar a manifestação da camada de baixa estirpe, que aclamava “Viva o nosso Príncipe”, ou “Viva o Imperador do Brasil”. Não era para menos: essa era a primeira vez que um monarca português estivera em uma de suas colônias, e o Brasil fora escolhido para tal.

À noite, a Real Família se recolheu ao Palácio, de onde também era possível presenciar a contemplação dos súditos exteriorizada em aplausos e vivas. Somente à meia noite a rainha d. Maria I, mãe do regente, desembarcou.

Na tarde do dia seguinte as Corporações Religiosas, as Irmandades das Freguesias e toda a nobreza homenagearam a Real Família. A noite houve beija-mão para todas as Corporações seculares e eclesiásticas. No nono e último dia toda a augusta família faria uma visitação à Catedral do Carmo, que para tal fora enfeitada com pompa e magnificência (SANTOS, 1943: 207 e 210).

O trajeto por onde a procissão passaria seria bastante decorado. A parte frontal das casas deveria ser ornada, as ruas alfombradas de flores, areia, folhas, cravos além de diversos aromas. Esses preparativos seriam utilizados na higienização do espaço público, uma vez que as ruas, estreitas e sujas, eram depósito de tudo que não era sinônimo de apuro dentro da intimidade doméstica. Fazia-se, pois, necessário encobrir a realidade social pouco polida e fabricar impressões que se aproximassem da expectativa cortês portuguesa (JANCSÓ e KANTOR, 2001).

Os principais estabelecimentos fluminenses eram iluminados de diversas formas. Consagrado à figura real, fora erguido um grande quadro iluminado por muitas luzes, o qual reproduzia na parte superior o retrato de S.A.R. o príncipe entre enfeites de rosas. De um lado estava a figura da África, de joelhos oferecendo suas riquezas e a América de manto

¹ D. João ficou tão surpreso com os fogos de artifício no último dia de comemoração que ordenou chamar o artífice responsável pela sua primorosa execução, oferecendo ao boticário português Manoel da Luz uma quantia de seis cruzados, imediatamente recusada por este. In *Relação das Festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o príncipe regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1810.

real, oferecendo seu coração. Do outro lado estava Lísia, com melancólica fisionomia. Na parte inferior do quadro estava a pintura da nau em que viajou d. João VI, a *Principe Real*, e os seguintes versos:

America feliz tens em teu seio,
Do novo Imperio o Fundador Sublime:
Será este o Paiz de Santas Virtudes,
Quando o resto do Mundo he todo crime.

Do grande Affonso a Descendência Augusta,
Os Povos doutrinou do Mundo antigo:
Para a Gloria esmaltar do novo Mundo
Manda o Sexto João o Ceo amigo. (SOUSA, S/D: 9)

A iluminação do Senado da Câmara também não deixava a desejar. Para se ter uma dimensão do seu alto custo, nos ornamentos luminosos da Câmara foram gastos quatro contos de réis. Este edifício também possuía coretos de músicas sinfônicas. Neste local figurou-se um imponente Templo, superior a uma escada com dois pedestais, em homenagem a deusa *Minerva*, juntamente com o busto de S.A.R. Sobre este artefato estavam simbolizadas as figuras da *Historia* e *Poesia*. O monumento possuía oitenta palmos de altura, 290 de fachada e era sustentado por doze colunas dóricas (Ibid: 3). O Templo fora riscado pelo arquiteto Grandjean de Montigny e pintado por Debret, ambos artistas que vieram para o Brasil com o intuito de aqui desenvolver uma requintada cultura artística.²

Não somente instituições públicas como o Arsenal da Marinha e a Alfândega prestavam as mais majestosas homenagens ao soberano. Em casas também existiam iluminações, bustos, emblemas e até versos que representavam o contentamento da população. Na elite dirigente fluminense isso era mais visível, já que não poupavam esforços no sentido de demonstrar seu apreço e conseguir alguma promoção, política e/ou social. O Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana era um desses influentes homens. Sua vistosa residência fora ornada com magnífica iluminação contendo a inscrição: *A'Indelevel Memória da Feliz Coroação/ Do Augusto Senhor D. João Sexto*. (Ibid: 12)

Para solidificar o poder régio na recente sede monárquica era necessário que d. João e seu corpo ministerial criassem instituições capazes de corresponder à nova importância que o Rio de Janeiro passaria a ter nos âmbitos nacional e internacional.³

² Por meio da chamada “Missão Francesa” realizada em 1816 vários expoentes artísticos europeus puderam desenvolver no Rio de Janeiro suas artes, e assim tentar transformar o estilo paisagístico urbano. In PINASSI, Maria Orlanda. *Três Devotos, uma fé, nenhum milagre – Nitheroy revista brasiliense de ciências, letras e artes*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

³ A seguir, algumas das muitas medidas realizadas: Criação do Tribunal do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência e Ordens, do Conselho Ultramarino, da Intendência Geral da Polícia, da Imprensa Régia; Permissão para que se possa vender pelas ruas todos os tipos de mercadorias;

Aos poucos, ia-se organizando aqui todo um aparato burocrático que pudesse fazer legitimar o governo transplantado. Os aspectos relacionados aos costumes domésticos também seriam modificados.

A insalubridade fluminense foi relatada por muitos viajantes europeus (LUCCOCK, 1942; LEITHOLD & RANGO, 1966; SPIX & MARTIUS, 1946; TONELLARE, 1956) que aí estiveram no início do século XIX. O que mais os admiravam era o certo desleixo no asseio, tanto no espaço público quanto no privado. No entanto, a presença da corte, assim como a de muitos estrangeiros, passaria a influenciar favoravelmente o estilo urbanístico.

No período colonial, os prédios urbanos eram construídos com o intuito de se manter o isolamento perante a rua. Feitas de tábuas de soalho pregadas diretamente ao chão, portas estreitas, muros altos e janelas pequenas, as casas se caracterizavam pela umidade e falta de claridade. A disposição interna variava de um, dois, ou três andares, sendo a mais simples e mais comum a de um andar. As casas de sobrado eram maiores e geralmente edificadas nas ruas centrais fluminenses. Quanto mais janelas na parte da frente tinha uma casa, mais esta valorizava-se. Nas construções utilizavam-se granito miúdo e madeira.

Havia um padrão geral de moradia que perdurava em quase todo o território brasileiro. À frente encontrava-se um salão, seguido de um corredor e alcovas. Os quintais, também chamados de “áreas sujas”, eram depósitos de inutilidades domésticas. Nos domicílios mais abastados existiam normalmente três andares e um maior número de aposentos. No primeiro piso encontrava-se a loja ou escritório, que permitia uma maior privacidade no contato íntimo familiar. O segundo era destinado aos quartos e à sala. No último instalava-se a cozinha. Tal predisposição nas acomodações evidenciava a escassa higiene provocada, entre outros fatores, pela ausência de chaminés e de arejamento na cozinha (ALGRANTI, 1999: p. 96 - 101), pois os refugos inevitavelmente desciam para os outros andares. Os negros ficavam no sótão ou porão dessas habitações. Cabia a eles levarem os excrementos dos moradores para o meio externo, geralmente jogados nas praias ou mesmo nas ruas (FREYRE, 2003: 315). Dependendo do número de escravos, as imundícies eram levadas apenas uma vez na semana para fora das casas. O monturo ia se aglutinando nas praias, encostas e ruas, já que não havia limpeza pública nem tampouco tratamento de esgoto. Não é a toa que quando esteve no Brasil em 1824 o prussiano Ernst Ebel (1972: 59) assim descreve as ruas fluminenses: *[...] no Rio não há esgotos nem latrinas; tudo o que sai das casas é aqui em parte descarregado pelos negros no mar, para que as marés levem o que elas alcançam.*

regulamentação da Décima, imposto pago a todos que possuem prédios urbanos; Abertura das aulas da Academia Real dos Guarda Marinhas, etc. In (REVISTA IHGB, 1811: p. 99 - 104).

Uma das primeiras medidas urbanísticas que D. João impôs ao chegar no Rio foi o banimento da gelosia ou rótula - grande janela de treliça de madeira com grades que dava às fachadas das casas uma aparência mourisca - por portas inteiriças e janelas envidraçadas donde poderia circular mais ar (SPIX & MARTIUS, 1976: 42 e 43). Através do edital de 11 de junho de 1809 o Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana concedia à população o curto prazo de oito dias para removê-las, substituindo-as por grades de ferro ao prazo de seis meses (NIZZA, 2000). O suprimento da gelosia representava antes o gosto pela opulência do que a genuína preocupação com a privacidade. Numa época em que o belo sexo raramente saía às ruas, tal mudança passou a amenizar o confinamento feminino.

A tarefa de modernizar o Rio de Janeiro e adequá-lo à nova configuração reinol não seria simples. Coube à Intendência Geral da Polícia administrar o melhoramento na cidade. À frente do cargo de intendente durante os anos em que d. João permaneceu no Brasil, Paulo Fernandes Viana foi um dos responsáveis pela remodelação do cenário fluminense. O Intendente proporcionou calçamento e alargamento urbanos; aterramento de pântanos e depressões, visto que as ruas eram irregulares; abrandamento do problema da estagnação das águas e seu conseqüente mal cheiro; construção de pontes de madeira que facilitassem o trânsito; crescimento do abastecimento de água potável; criação de chafarizes; aumento da iluminação em toda cidade; melhoria nas estradas; expansão da malha urbana (VIANA, 1892). Uma importante intervenção no embelezamento do espaço urbano foi a publicação de um edital em 1816. O documento escrito por Viana sugeria que propriedades antigas ou mal construídas fossem demolidas dentro de um prazo fixado (VIANA, 1816), já que poderiam ruir e em mais de uma oportunidade tinha ameaçado a vida de criados do Paço. Evidentemente, não seria de bom tom que a realeza desterrada viesse a presenciar algum desabamento.

Não apenas do caráter saneador ocupava-se a Intendência Geral da Polícia. Também empregava-se na vigilância e ordem do Rio de Janeiro (PINHEIRO, 1876). Qualquer tipo de malfeitor que fosse encontrado fazendo algazarra pelas ruas seria rigorosamente punido.

Desde a transludação da corte medidas vinham sendo tomadas no sentido de amenizar o problema da insalubridade no Rio de Janeiro que tanto preocupava portugueses e estrangeiros. Logo em 1808 o físico-mor do rei Manoel Vieira da Silva publicou pela Imprensa Régia o primeiro relatório médico no Brasil contendo proposições que deveriam ser tomadas para se melhorar o clima e conseqüentemente a imagem da cidade. Fatores não faltavam: o calor atmosférico provocado pelo ar quente e úmido produzia resultados

pessimos sobre a maquina animal, as águas estagnadas e os locais pantanosos eram habitat de substâncias em estado de putrefação que proliferavam gases e tinham *acção immediata na periferia do corpo*, os lugares donde se instalavam matadouros e açougues ficavam muito próximos à população. Ainda cooperavam com as enfermidades a falta de vigilância sobre curandeiros e boticários *que vendem purgantes, vomitorios e outras composições sem receita do medico*, a falta de fiscalização sobre cirurgiões charlatões que se utilizavam da medicina, a mal-cheirosa tradição do sepultamento de fiéis dentro das Igrejas, cujo ritual merecia *a reprovação de todas as sociedades iluminadas, e particularmente a merecem nesta Cidade em razão do calor athmosférico, e da pouca largura das ruas*. Era imprescindível que todos esses fatores fossem, se não resolvidos inteiramente, ao menos suavizados. As soluções eram muitas: aterramento de pântanos, encanamento de esgoto, mudança na localização dos matadouros, criação de uma política mais rigorosa na área da saúde, construção de novos cemitérios (SILVA, 1808).

A questão do contato entre brancos e negros recém-chegados da África também era vista de forma depreciativa para a saúde. Quando aqui chegavam, as condições físicas daqueles que vinham nos navios negreiros eram as piores possíveis: diversas moléstias os atacavam, dentre elas as bexigas - sobretudo varicela, rubéola e varíola -, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis. A convivência cotidiana na esfera doméstica entre os senhores e os escravos, por conseguinte, apenas agravaria físico e moralmente os primeiros. John Luccock, negociante inglês de passagem pelo Rio entre 1808 e 1818 critica o estreito contato entre a criança branca e rica e os negros, pois interferiam negativamente no caráter infantil daquela:

Não havia outro meio, portanto, senão permitir que as crianças crescessem selvagens, em meio de uma chusma de escravos e vagabundos da pior espécie com que testemunhavam e aprendiam a praticar todas as vilanias de que sua idade tenra era capaz. (LUCCOCK, 1942: 79).

Essa “amena relação” era uma constante no cotidiano, desde a substituição da matrona pela ama-de-leite negra ou mulata até a influência nos costumes e educação dos senhores (FREYRE, 2003: 350 - 359).

Tal influência não era para menos. Ao tempo da chegada do príncipe, numa cidade onde 2/3 da população era composta de pretos ou descendentes, seria praticamente impossível que aspectos culturais e sociais não prevalecessem em solos fluminenses.

Os escravos eram os grandes responsáveis pelo constante movimento e barulho das ruas, *carregando fardos e se animando mutuamente por meio de um canto simples e monótono* (TOLLENARE, 1956: 22). O *estardalhaço ensurdecidor* do qual Spix e Martius

(1976: 45) se queixaram em 1820 era também provocado por sinos, tiros de canhões, foguetes, carroças, carros de bois, guarda policial, etc. Além da mercadoria humana a trabalhar para seus senhores, poucos eram os que se aventuravam a andar a pé pelas ruas. Quem se fizesse respeitar, e até os homens de poucas posses andavam a cavalo ou de carro. (LEITHOLD & RANGO, 1966: 27).

De alguma maneira, a escravidão colaborou para a tardia sociabilidade feminina. Competia aos escravos fazerem o serviço referente ao lar. Restritas ao convívio familiar doméstico, as mulheres fluminenses raramente saíam às ruas, a não ser para o cumprimento de práticas religiosas.

A passear são raramente vistas, pelo menos nunca encontrei senhora de alguma importância assim ocupada e, como muitas casas têm suas capelas ou oratórios em que se reza missa nos dias de guarda, é uma exceção que se deixem ver a pé pelas ruas. (LEITHOLD & RANGO, 1966: 28).

Seus hábitos reclusos e indolentes, somados à falta de instrução lhes conferiam uma velhice prematura: aos 12, 13 anos casavam-se, aos dezoito tornavam-se maduras e aos 25, 30 anos já estavam velhas, gordas e desajeitadas (LUCCOCK, 1942: 76 - 78). Em geral, vestiam-se mal. Ebel ficou admirado com tamanho desleixo: *sem o menor conhecimento da economia doméstica, deixada de todo nas mãos de escravos, sem educação espiritual e, mesmo seus hábitos caseiros, sem graça ou asseio, dificilmente agradarão a quem for exigente* (EBEL, 1972: 190). No convívio doméstico sentavam-se à maneira oriental cruzando as pernas, juntamente com filhos e criados. Utilizavam vestimentas que deixavam braços e pernas à mostra, tamancas sem meia, tudo bem à vontade. O traje caseiro do patriarca se assemelhava na rusticidade: calças leves, chinelos e jaquetas de chita a mostrar condecorações (MALERBA, 2000: 152). O traje de cerimônia, contudo, mostrava-se bastante antagônico em ambos os sexos. No traje masculino era usual a presença de casacas, sinetes com o brasão de nobreza, chapéus pretos. Para ir à celebrações religiosas o belo sexo se vestia de preto com véu ou mantilha e saias de baixo (FREYRE, 2003: 348).

Assim desenhava-se os costumes antecedentes à vinda da corte. A partir de então vestígios do ranço muçulmano colonial abrandar-se-iam.

Durante os treze anos em que permaneceu nos trópicos, d. João VI voltou suas atenções para a criação de instituições culturais e formas de socialidade leigas que atendessem à nobreza transplantada, ávida por entretenimentos aos modelos europeus. Terminado em 1783, o Passeio Público com seus exóticos jardins foi um dos locais mais freqüentados. À vista de Luccock ele não passa desapercibido: *O Passeio Público, embora pequeno, perfeitamente plano construído em estilo muito afetado e negligentemente*

mantido, reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio. (LUCCOCK, 1942: 59).

Outra opção no lazer era o Real Teatro de São João, inaugurado em 1813. Maior e com repertórios mais variados se comparado à antiga “Casa da Ópera”, o Real Teatro compreendia 1020 lugares, divididos em platéia e camarote. O acesso ao divertimento se restringia às pessoas graduadas que tinham meios de pagar o incômodo preço de um espetáculo. O aluguel de camarotes acontecia mediante pagamentos adiantados (GAZETA, 1815: n. 20). No início de cada apresentação a Real Família recebia um elogio dramático, e ao fim era finalizada com uma exaltação a d. João. O parecer de estrangeiros sobre o teatro se diferia. Von Rango critica-o, comparando-o a *Um grande picadeiro, destituído de gosto e arte, é a sede de um bando que tem a petulância de se intitular atores e artistas[...]* (LEITHOLD & RANGO, 1966: 144). Mas houve aqueles que não pouparam elogios: *Internamente o edifício tem as dimensões da Ópera de Berlim e é de admirar-se sua decoração a ouro sobre fundo verde, a platéia sendo guarnecida de bancos e havendo três ordens de camarotes mais uma galeria.* (EBEL, 1972: 80).

Maior entrada das representações, o São João serviu como local de exposição da ostentação social, no qual cortesãos exibiam suas elevadas comendas e damas uma empetecada toilette. Representação tanto na dramaticidade de atores no palanque quanto na encenação cotidiana de *atores* da vida real que tinham um papel definido dentro da alta sociedade. Era a teatocracia cortês, exemplificada por gestos rituais e boas maneiras (SENNETT, 1989) no trato cerimonioso entre a fidalguia.

Mas o teatro não se destacaria só pelos espetáculos dramáticos. Ele também serviria como palco de manifestações políticas e militares, além da celebração de dias festivos da Real Família (MALERBA, 2000: 98).

Pode-se dizer que o teatro proporcionou em certa instância a diminuição da reclusão feminina. Esta agora teria uma razão plausível para se ausentar do lar, que não somente os dias de missa. E o São João exibia apenas uma vertente do que o Rio de Janeiro estava se convertendo; na sede sócio-cultural e material da nobreza transmigrada, aglutinada com a classe abastada fluminense honorificada.

Neste período, a música também obteve seu destaque. Tradição na casa de Bragança e expressão artística mais apreciada por d. João, a música encontrou um campo fértil no Rio de Janeiro. Já em 1808 vieram acompanhando a corte maestros, cantores, maquinistas, músicos e alfaias. Dois anos depois a música se tornaria mais difundida com a chegada de Marcos Antônio Portugal, experiente músico formado na Itália que compôs no

Rio de Janeiro óperas e melodias sacras. O São João e a Capela Real já podiam se esmerar por terem cada uma a sua própria orquestra de cantores nacionais e estrangeiros.

O desenvolvimento musical nesse período era tão expressivo que na Fazenda Santa Cruz fora criada uma escola de música sacra composta de músicos escravos. A escola chamou a atenção do regente, que se cativou pela orquestra e pelos cantores negros, fazendo de Santa Cruz a residência de verão da Real Família (SCHWARZ, 2002: 296 - 297). O enclinação pela música perduraria no primogênito Pedro, que até compunha canções, e se estenderia no reinado de Pedro II.

Para dar o tom à musicalidade, o instrumento mais requisitado entre a boa sociedade era o piano forte. Toda dama que se prezasse deveria saber ler as partituras e tocá-las elegantemente, sendo esta uma das principais prendas da mulher nobre. O piano não constituía apenas um instrumento musical. Constituía também num símbolo de distinção social do mobiliário oitocentista, já que seu alto custo - quase sempre importado da Inglaterra - era privilégio da camada abastada. Aos poucos o leque de opções ampliava, e o piano ganhava novos concorrentes. Na “Gazeta do Rio de Janeiro” de 1812 já eram oferecidas aulas de flauta:

Quem quiser aprender a tocar flauta, procure a *Miguel Cardozo*, na travessa que volta da rua de S. Pedro para S. Joaquim, caza terrea da parte esquerda N. 35; o qual se tem proposto a ensinar pessoas particulares, tanto *estrangeiros* como *portugueses*, e de todos tem tido boa aceitação.(GAZETA, 1812: n. 30)

Ao lado da música, a dança foi uma constante, fosse no teatro, fosse nas celebrações públicas e privadas, tornando-se também elemento de sociabilidade. Era comum algumas pessoas representarem tipos de dança para homenagear a Real Família. A procura pela dança aumentou devido à vinda do casal de dançarinos franceses Lacombe em 1811. O casal proporcionava aulas particulares às pessoas tidas “civilizadas”.

Nesse sentido, o período joanino passava por remodelações que o cenário fluminense não havia presenciado durante os três séculos anteriores de colonização.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 199, p. 96 – 101.

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811. Rio de Janeiro: RIHGB, v. 282, 1969.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Nacional, v. 351, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 14ª ed., 2003.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 30, 1812.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 20, 1815.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Festa - cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo, Edusp, v. 1 e 2, 2001.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª ed., 1996.

LEITHOLD, T. Von & RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três Devotos, uma fé, nenhum milagre - Niteroy revista brasiliense de ciências, letras e artes*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

PINHEIRO, Cônego Dr. J. C. Fernandes. *Paulo Fernandes Viana e a polícia de seu tempo*. Rio de Janeiro: RIHGB, v.35, p. 65-76, 1876.

Relação das Festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o príncipe regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1810.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Zelo, 1943.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1989.

SILVA, Manoel Vieira da. Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Medidas urbanísticas no Rio de Janeiro durante o período joanino*. Rio de Janeiro: RIHGB, n.470, 2000.

SOUSA, Bernardo Avelino Ferreira e. *Relação dos festejos que á feliz aclamação do muito Alto, Muito Poderoso e Fidelissimo Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. Rio de Janeiro: Typografia Real.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª ed., 1976.

VIANA, Paulo Fernandes. *Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana*. Rio de Janeiro: RIHGB, v.85, Tomo LV, 1892.

VIANA, Paulo Fernandes. Edital do Intendente geral da Policia da Corte e Reino do Brasil, de 12 de fevereiro de 1816, publicando o Aviso do Conde de Aguiar de 10 do referido mês, sobre objetos relativos a conservação e segurança das casas arruinadas, ou mal construídas, etc. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Salvador: Livraria Progresso, 1956.

Recebido em: 23/05/2008

Aprovado em: 04/07/2008